



Instituto de Engenharia Mecânica

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2022

1. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

Índice

Índice	ii
Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5. Activos Fixos Tangíveis	17
6. Activos Intangíveis	18
7. Rédito	19
8. Subsídios	19
9. Imposto sobre o Rendimento	19
10. Benefícios dos empregados	19
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
12. Outras Informações	20
12.1. Investimentos Financeiros	20
12.2. Créditos a receber	21
12.3. Outros activos correntes	21
12.4. Diferimentos	21
12.5. Caixa e Depósitos Bancários	22
12.6. Fundos Patrimoniais	22
12.7. Fornecedores	22
12.8. Estado e Outros Entes Públicos	23
12.9. Outros Passivos Correntes	23
12.10. Fornecimentos e serviços externos	24
12.11. Outros rendimentos	24
12.12. Outros gastos	25
12.13. Acontecimentos após data de Balanço	25

Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	210.610,47	237.348,72
Activos intangíveis	6	-	886,72
Investimentos financeiros	12.1	4.927,66	5.164,72
Subtotal		215.538,13	243.400,16
Activo corrente			
Créditos a receber	12.2	135.189,64	74.205,04
Estado e outros Entes Públicos	12.8	48.787,89	42.217,13
Outros activos correntes	12.3	1.314.063,91	1.322.267,19
Diferimentos	12.4	11.727,21	5.852,15
Caixa e depósitos bancários	12.5	986.735,27	1.027.164,67
Subtotal		2.496.503,92	2.471.706,18
Total do activo		2.712.042,05	2.715.106,34
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	12.6	1.593.030,33	1.701.352,36
Resultado Líquido do período		(64.149,55)	(122.918,53)
Total dos fundos patrimoniais		1.528.880,78	1.578.433,83
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar		-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	30.591,46	25.828,01
Estado e outros Entes Públicos	12.8	52.024,34	38.072,07
Diferimentos	12.4	892.513,98	892.513,98
Outros passivos correntes	12.9	208.031,49	180.258,45
Subtotal		1.183.161,27	1.136.672,51
Total do passivo		1.183.161,27	1.136.672,51
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.712.042,05	2.715.106,34

Lisboa, 2 de Maio 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Claudia Fátima Simões Coelho
CC 49 011

A DIRECÇÃO

Nuno J. P. P. P. P. P.
José P. P. P. P. P.

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	398.439,22	243.787,57
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1.332.573,02	1.192.018,30
Fornecimentos e serviços externos	12.10	(622.263,86)	(389.876,21)
Gastos com o pessoal	10	(520.674,83)	(412.164,90)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(14.960,00)	(3.762,00)
Outros rendimentos	12.11	10.613,70	59.728,36
Outros gastos	12.12	(497.534,20)	(687.585,16)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		86.193,05	2.145,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	(150.342,60)	(125.064,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(64.149,55)	(122.918,53)
Resultados antes de impostos		(64.149,55)	(122.918,53)
Imposto sobre o rendimento do período	9	-	-
Resultado líquido do período		(64.149,55)	(122.918,53)

Lisboa, 2 de Maio 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cláudia Fátima Simões Coelho
CC 45811

A DIRECÇÃO

Nuno Alberto Pereira
Jorge Duarte

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transmittidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período				
1					1.919.097,95				(217.745,59)	1.701.352,36	-	1.701.352,36
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização												
Ajustamentos por impostos diferidos					(217.745,59)				217.745,59			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(217.745,59)				217.745,59			
2												
3									(122.918,53)	(122.918,53)		(122.918,53)
4=2+3												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
RESULTADO INTEGRAL												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições												
Outras operações												
5												
6=1+2+3+4					1.701.352,36				(122.918,53)	1.578.433,83		1.578.433,83

Lisboa, 2 de Maio 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cláudia Furtado Simões Coelho
CC 49811

Nuno P. P. P. P. P.
A DIRECÇÃO
Dirigim-nos

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	-	-	-	1.701.352,36	-	-	(122.918,53)	1.578.433,83	-	1.578.433,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											-
Alterações de políticas contabilísticas											-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-
Realização do excedente de revalorização											-
Excedentes de revalorização											-
Ajustamentos por impostos diferidos											-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12.6	-			(108.322,03)			122.918,53	14.596,50		14.596,50
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	-			(108.322,03)			122.918,53	14.596,50		14.596,50
RESULTADO INTEGRAL	8							(64.149,55)	(64.149,55)		(64.149,55)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9-7+8							58.768,98	(49.553,05)		(49.553,05)
Fundos											-
Subsídios, doações e legados											-
Distribuições											-
Outras operações	10										-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6+7+8+10	-	-	-	1.593.030,33	-	-	58.768,98	1.543.477,28	-	1.528.880,78

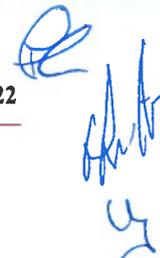
Lisboa, 2 de Maio 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cláudia Antónia Simões Coelho
CC 49011

A DIRECÇÃO

Alfonso Augusto
Virgínia Sousa



Anexo

1. Identificação da Entidade

O IDMEC – Instituto de Engenharia Mecânica (a Entidade) é uma entidade sem fins lucrativos, de natureza privada e utilidade pública (Diário da República II Série de 23/07/1996), com sede na Avenida Rovisco Pais, número 1, em Lisboa. Tem como objecto o exercício de actividades de investigação científica fundamental e aplicada, de desenvolvimento experimental, de formação profissional e de pós-graduação e de prestação de serviços no âmbito da Engenharia Mecânica.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, republicado pelo Dec. Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC);
- NCRF-ESNL; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 12.3 e 12.9) e “*Diferimentos*” (Nota 12.4).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes - até ao exercício de 2021- e do método das quotas decrescentes - a partir de 2022 - em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em duodécimos. No caso dos bens com valor de aquisição inferior € 1.000, as depreciações estão a ser consideradas num só exercício.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	3 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	4 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se

encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.2. Activos Intangíveis

Os “*Activos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam actividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam actividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “*Activo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este

ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.4. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

R
M
S

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a

Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos*

impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.*”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

No entanto, em 2022, a Entidade implementou a contabilidade interna e o sistema integrado SAP. Na integração dos saldos iniciais no sistema SAP, algumas contas de terceiros sofreram um pequeno reajuste, motivado pelas parametrizações deste mesmo sistema em todo o universo da Universidade de Lisboa. No quadro abaixo estão evidenciados os reajustes realizados aos saldos finais do exercício de 2021.

Descrição	2021 Reexpressado	2021 Original	Diferença
Estado e outros Entes Públicos (activo)	42 217,13	26 441,87	15 775,26
Outros activos correntes	1 322 267,19	1 327 445,16	(5 177,97)
Fornecedores	25 828,01	23 753,27	2 074,74
Estado e outros Entes Públicos (passivo)	38 072,07	22 296,81	15 775,26
Outros passivos correntes	180 258,45	187 511,16	(7 252,71)

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Equipamento básico	3.636.728,52	96.159,60	-	-	-	3.732.888,12
Equipamento administrativo	7.299,58	695,49	-	-	-	7.995,07
Outros activos fixos tangíveis	30.604,54	-	-	-	-	30.604,54
Total	3.674.632,64	96.855,09	-	-	-	3.771.487,73
Depreciações acumuladas						
Equipamento básico	3.372.144,48	123.722,77	-	135,81	-	3.496.003,06
Equipamento administrativo	7.299,58	231,83	-	-	-	7.531,41
Outros activos fixos tangíveis	30.604,54	-	-	-	-	30.604,54
Total	3.410.048,60	123.954,60	-	135,81	-	3.534.139,01
						237.348,72

	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2021
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Equipamento básico	3.732.888,12	120.318,65	(333,87)	-	-	3.852.872,90
Equipamento administrativo	7.995,07	-	-	-	-	7.995,07
Outros activos fixos tangíveis	30.604,54	2.360,46	-	-	-	32.965,00
Total	3.771.487,73	122.679,11	(333,87)	-	-	3.893.832,97
Depreciações acumuladas						
Equipamento básico	3.496.003,06	148.346,17	(333,87)	231,83	-	3.644.247,19
Equipamento administrativo	7.531,41	138,58	-	(231,83)	-	7.438,16
Outros activos fixos tangíveis	30.604,54	932,61	-	-	-	31.537,15
Total	3.534.139,01	149.417,36	(333,87)	-	-	3.683.222,50
						210.610,47

	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2022
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

6. Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Programas de Computador	154.159,21	-	-	-	-	154.159,21
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	154.159,21	-	-	-	-	154.159,21
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	152.162,60	1.109,89	-	-	-	153.272,49
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	152.162,60	1.109,89	-	-	-	153.272,49
						886,72

	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2021
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Programas de Computador	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Programas de Computador	154.159,21	-	-	-	-	154.159,21
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	154.159,21	-	-	-	-	154.159,21
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	153.272,49	925,24	(38,52)	-	-	154.159,21
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	153.272,49	925,24	(38,52)	-	-	154.159,21

	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2022
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Programas de Computador	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

7. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	398.439,22	243.787,57
Rendimentos de colaborações	302.143,07	223.599,43
Conferências	96.296,15	20.188,14
Total	398.439,22	243.787,57

8. Subsídios

A 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de Subsídios:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo	1.288.645,28	1.160.829,91
Estado e outros Entes Públicos	1.288.645,28	1.156.446,88
Entidades Comunitárias	-	4.383,03
Subsídios de outras entidades	43.927,74	31.188,39
Total	1.332.573,02	1.192.018,30

A entidade contabiliza os subsídios recebidos pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia e outras entidades no exercício económico em questão.

9. Imposto sobre o Rendimento

Não há qualquer apuramento de imposto devido a todos os rendimentos obtidos durante o exercício terem sido no âmbito estatutário da Entidade. Também não foi apurada nenhuma quantia de Tributação Autónoma devido a não ter sido feita qualquer despesa sujeita a este tipo de imposto.

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2021 e 2022, foram 5 em cada um dos anos. Durante o ano de 2022 não houve nenhuma alteração dos membros dos órgãos directivos.

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 13 em 2021 e foi de 15 em 2022.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	421.323,31	338.220,75
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	3.963,25	-
Encargos sobre as Remunerações	91.395,11	71.049,10
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.349,76	2.259,80
Gastos de Acção Social	-	635,25
Outros Gastos com o Pessoal	1.643,40	-
Total	520.674,83	412.164,90

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2021 e 2022, foram de 4.800€ em cada um dos períodos.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos noutras empresas	4.927,66	5.164,72
Outros Métodos	4.927,66	5.164,72
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	4.927,66	5.164,72

Para além dos Fundos de Compensação do Trabalho, no valor de € 3.928 (€ 4.165 em 2021), a Entidade possui duas unidades de participação, no montante de € 1.000, na PRODUTECH - Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável.

12.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2022 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c	135.189,64	74.205,04
Cientes	135.189,64	74.205,04
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	95.921,15	80.961,15
Cientes	95.921,15	80.961,15
Total	231.110,79	155.166,19

Nos períodos de 2021 e 2022 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2021	Reforço	Reversão	Utilização	2022
Cientes	80.961,15	14.960,00	-	-	95.921,15
Total	80.961,15	14.960,00	-	-	95.921,15

12.3. Outros activos correntes

A rubrica “Outros activos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	27,00	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.312.720,76	1.312.711,71
Outros Devedores	1.316,15	9.555,48
Perdas por Imparidade	-	-
Total	1.314.063,91	1.322.267,19

Os valores relativos a “Devedores por acréscimo de rendimentos” corresponde aos montantes adiantados pela FCT no início de cada projecto por ela subsidiado, ajustados anualmente conforme a execução dos mesmos.

12.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	4.228,49	3.955,37
Outros FSE	7.498,72	1.896,78
Total	11.727,21	5.852,15
Rendimentos a reconhecer		
Projectos de Investigação	892.513,98	892.513,98
Total	892.513,98	892.513,98

12.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	986.735,27	1.027.164,67
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	986.735,27	1.027.164,67

12.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.701.352,36	32.106,50	(140.428,53)	1.593.030,33
Total	1.701.352,36	32.106,50	(140.428,53)	1.593.030,33

Em 2022 foi necessário proceder a algumas rectificações de saldos, que se mostraram incorrectos. Essa é a razão pela qual a conta de resultados transitados apresenta outros movimentos para além do relativo à aplicação de RLE de 2021.

12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	30.591,46	25.828,01
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	30.591,46	25.828,01

12.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	34.356,24	27.785,48
Outros Impostos e Taxas	14.431,65	14.431,65
Total	48.787,89	42.217,13
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	34.946,90	7.981,25
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6.030,87	5.334,86
Segurança Social/CGA/ADSE	11.046,57	8.980,70
Outros Impostos e Taxas	-	15.775,26
Total	52.024,34	38.072,07

O montante de € 15.775 de “Outros impostos e taxas”, de 2021, corresponde ao valor recebido de IVA restituível de despesas relacionadas com a investigação científica efectuadas em 2020 (e que nesse ano foi considerado como gasto suportado, de acordo com a legislação em vigor na altura) e que em 2021 foi possível pedir a sua restituição conforme o artº 381 da Lei 75-B/2022 que procedeu à alteração do DL 84/2017. Por lapso, em 2021 este valor não foi devidamente ajustado, tendo-o sido em 2022.

12.9. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	64,90	-	-
Remunerações a pagar	-	64,90	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	2.896,95	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	203.687,82	-	163.770,42
Outros credores	-	1.381,82	-	16.488,03
	-	-	-	-
Total	-	208.031,49	-	180.258,45

Os montantes mais relevantes da rubrica “Credores por acréscimo de gastos” referem-se aos débitos do Instituto Superior Técnico de gastos de operacionalidade, no valor de € 128.239 (€ 111.450 em 2021) e à estimativa de férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte, no valor de € 71.486 (€ 52.320 em 2021)

12.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	-	29.198,97
Serviços especializados	221.944,61	164.477,57
Materiais	97.881,47	36.126,05
Energia e fluidos	808,74	74,88
Deslocações, estadas e transportes	84.182,85	31.331,45
Serviços diversos (*)	217.446,19	128.667,29
Despesas operacionalidade (2022) /Consumíveis (2021)	128.239,04	120.179,96
Congressos (2022)/Competições (2021)	58.692,57	3.700,68
Alugueres	11.343,47	3.264,10
Total	622.263,86	389.876,21

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

12.11. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	-	42.696,29
Outros rendimentos	10.613,70	17.032,07
Total	10.613,70	59.728,36

Em 2022, o valor mais significativo da rubrica “Outros rendimentos” corresponde a correcções de exercícios anteriores no montante de € 10.320.

12.12. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	205,27	16.590,05
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	46,40	-
Outros Gastos	497.282,53	670.995,11
Total	497.534,20	687.585,16

Em 2022, os montantes mais relevantes em “Outros gastos” são: Bolsas de Investigação € 295.823; Transferências para partners € 68.450; Remunerações adicionais € 40.000. Em 2021 o valor mais relevante foio relativo a projectos, no montante de € 616.534.

12.13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 2 de Maio de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO


cc 49011

A DIRECÇÃO